

JF encerra primeiro mutirão de 2013 com 75% de acordos e a presença de desembargadores federais do TRF2

A Justiça Federal capixaba encerrou, com solenidade, na sexta-feira, 1º de março, o mutirão de conciliação em processos relativos a aposentadorias rurais do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS – realizado na sede da JFES, em Vitória, durante toda a semana, em parceria com a Procuradoria Federal. O mutirão promoveu 98 audiências, obtendo 73 acordos, ou seja, 75,26%. No total, foram atendidas 282 pessoas e os processos envolveram um valor total da ordem de R\$ 820 mil. Foi o nono mutirão realizado pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon), no Espírito Santo. Nele atuaram mais de 40 pessoas, entre juízes federais, procuradores, servidores e estagiários.

A cerimônia de encerramento contou com a presença do diretor do Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal no ES, que assumirá no próximo mês a Direção do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos (NPSC) e a Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, desembargador federal José Ferreira Neves Neto, representando a presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargadora federal Maria Helena Cisne.

Também estavam presentes o atual diretor do NPSC e coordenador dos JEFs, desembargador federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama; o diretor do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, Fernando Cesar Baptista de Mattos; a juíza federal titular da 2ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti-RJ, ora em auxílio ao NPSC, Marcella Araújo da Nova Brandão; a coordenadora do Cescon, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik; o procurador-chefe da Procuradoria Federal no Espírito Santo, José Aparecido Buffon, além de outros magistrados, procuradores, advogados, diretores, órgãos colaboradores, servidores e jurisdicionados.



O diretor do foro da JFES, juiz federal Fernando Mattos, abriu a cerimônia de encerramento do mutirão, em Vitória. Na foto, da esq. p/ dir., as juízas federais Marcella Brandão (NPSC) e Cristiane Conde Chmatalik (coordenadora do Cescon), os desembargadores federais Guilherme Calmon (coord. dos JEFs e diretor do NPSC) e José Ferreira Neves (diretor do CCJF/ES, representando a presidência do TRF2), o procurador federal Marcos Marçal e os juízes federais Guilherme Alves (Colatina) e Bruno Dutra (Serra)



A juíza federal Marcella Brandão (NPSC), com o procurador federal Clebson da Silveira e o procurador-chefe José Aparecido Buffon

Agradecimentos

O diretor do foro, juiz federal Fernando Mattos, abriu a cerimônia agradecendo primeiramente aos desembargadores federais Guilherme Calmon e José Neves e aos colegas juízes pela presença e pelo apoio de sempre, e “em especial à juíza federal coordenadora do Cescon, Cristiane Chmatalik, incansável na busca de uma prestação jurisdicional mais rápida e mais humana”.

O magistrado também fez menção especial à diretora do Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ) - ao qual o Cescon é ligado -, Vera Ely Massariol, e saudou o procurador-chefe José Aparecido Buffon e os procuradores federais presentes, agradecendo-os “pela parceria conosco, na busca de resolver os litígios e oferecer um melhor atendimento à população”.



Juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos

“Dar efetividade ao processo, conseguir uma solução em tempo razoável, é o que nos inspira a sair da acomodação, realizar os mutirões e buscar um atendimento melhor para os jurisdicionados”, disse Fernando Mattos. “E nós só conseguimos isso através da parceria com o NPSC”, finalizou o magistrado, agradecendo ao Núcleo pela colaboração e estrutura disponibilizada para que o Cescon fosse uma realidade, e passando a palavra ao desembargador federal Guilherme Calmon, que em abril se despede da coordenação dos juizados especiais federais e da direção do Núcleo de Solução de Conflitos.

Destaque à JFES

“Na condição de diretor do Núcleo, quase encerrando a gestão, gostaria primeiramente de fazer um profundo agradecimento à Seção Judiciária do Espírito Santo que se comprometeu conosco desde a primeira hora desta gestão. Esses dois anos têm sido de muito trabalho e também de resultados muito positivos. Se não fosse a labuta e o trabalho de todos aqui envolvidos, nada aconteceria”, reconheceu o desembargador, destacando o esforço que é dispendido antes, durante e depois do mutirão. Disse ainda que a SJES merece destaque “porque desde antes de se pensar em concretizar a criação do Centro, Dr. Fernando Mattos teve a iniciativa de procurar o Núcleo para oferecer esta instalação”.

Guilherme Calmon registrou também agradecimento especial à juíza federal Cristiane Chmatalik, “também desde a primeira hora atuante, sempre colocando o Centro de Solução de Conflitos à frente de outras incumbências”. Agradeceu ainda aos juízes federais que participaram deste mutirão e de todos os outros, durante os dois anos de sua gestão. “Agradeço a vocês, que cada vez mais percebem a importância da solução pacífica dos conflitos. Os juízes precisam se conscientizar cada vez mais desta importância”, pontuou, acrescentando que não poderia deixar de reconhecer também o trabalho dos procuradores federais “que têm se colocado disponíveis para estas audiências”.

O diretor do NPSC destacou em seguida o empenho da servidora Vera Ely Massariol – diretora do Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ) -, na condução dos trabalhos, e fez “um reconhecimento profundo” à juíza federal Marcella Brandão, “pela vocação própria não só profissional, mas por ser um exemplo positivo de esperança, da crença de que é possível fazer Justiça mais célere, mais rápida e mais cidadã”.

Por fim, destacou que já estou com saudades. “Serei muito bem sucedido pelo Dr. José Neves, mas a parte do coração que está vinculada ao Centro, ao Núcleo, vai sentir muita falta. Onde eu estiver, tenham certeza de que estarão integrando as minhas melhores preocupações”.

E reiterou que “o Espírito Santo está de parabéns por muitas razões”. “Não apenas por ser pioneira ao atingir as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no que diz respeito à conciliação”, disse Calmon, “mas de cumprir sua principal missão de buscar uma Justiça rápida para o cidadão, principalmente aos que mais precisam ser atendidos”. “A Justiça hoje passa por uma revolução, de se aproximar do cidadão, da pessoa humana, mostrando que é possível solucionar todos os problemas que possam existir”, concluiu.



Des. federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama

Quem participou do mutirão

Atuaram no mutirão os juízes federais Fernando Cesar Baptista de Mattos, Cristiane Conde Chmatalik, Marcella Araújo da Nova Brandão, Caroline Medeiros e Silva, Ana Lídia Mello Monteiro, Eduardo Nunes Marques, Paulo Gonçalves de Oliveira Filho, José Geraldo Amaral Fonseca Junior, Wilton Sobrinho da Silva e Guilherme Alves dos Santos; os procuradores federais: Ana Paula Barreto Monteiro Rothen, Bruno Miranda Costa, Clebson da Silveira, José Vicente Santiago Junqueira, Lilian Bertolani do Espírito Santo, Marco José de Jesus, Marcos Figueiredo Marçal, Rosemberg Antonio da Silva, Thiago Costa Bolzani e Vilmar Lobo Abdalah Junior; além de servidores do NPSC, do Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ), do Cescon, da Turma Recursal, da Contadoria, dos Juizados Especiais Federais e estagiários.

Desembargador federal Guilherme Calmon se reúne com juízes federais da JFES

Após a solenidade de encerramento do mutirão de conciliação em processos de aposentadoria rural do INSS, realizada na sede da Justiça Federal do Espírito Santo, em Vitória, no dia 1º de março, o coordenador dos juizados especiais federais da 2ª Região e diretor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC), desembargador federal Guilherme Calmon, reuniu-se com magistrados da Seccional no oitavo andar do prédio.

Acompanhado pelo desembargador federal José Ferreira Neves Neto e do diretor do foro da JFES, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, Calmon falou com os juízes federais sobre questões relativas à instalação da 2ª Turma Recursal do Espírito Santo e também sobre seus planos para a Escola da Magistratura Federal da 2ª Região (Emarf), cuja direção será ocupada por Calmon a partir de abril.



“Pretendo, como diretor da Emarf, desenvolver muitas atividades no Espírito Santo, em formatos diferentes, com temas próprios, aproveitando as experiências e atendendo às necessidades locais. Também gostaria de resgatar as atividades de ensino à distância, atividades presenciais, fóruns e debates, para uma prestação jurisdicional de ainda mais qualidade”, declarou.

O desembargador federal também falou sobre a possibilidade de a Escola vir a lançar publicações temáticas, sobre direito internacional, direito civil, entre outros assuntos, e de incrementar a participação dos juízes do Espírito Santo em comissões temáticas.

Mudanças importantes

Guilherme Calmon comentou que os últimos dois anos foram de mudanças muito significativas para a Justiça Federal, citando como exemplo a Lei 12.665/2012, que estruturou as Turmas Recursais, mas ressaltou que os próximos dois anos deverão ter avanços ainda mais importantes na 2ª Região.

O magistrado declarou ainda que, caso seja confirmada sua indicação para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), continuará disposto a ajudar os colegas no que for preciso, seja no Tribunal, no Núcleo ou na JFES. Pediu, então, que os magistrados colaborem com o próximo coordenador dos Juizados e diretor do NPSC, desembargador federal José Ferreira Neves, a quem passou a palavra.

José Ferreira, que assumirá as novas funções a partir de abril, disse que está tranquilo, porque vai assumir “um trabalho já consolidado”, e que tem a certeza de que, “pernambixaba” que é, pelo carinho com que sempre foi recebido no Espírito Santo, e pelos amigos que fez aqui no tempo em que atuou como juiz federal, toda vez “que precisar bater na porta de alguém para pedir algum apoio”, será bem atendido.

Agradecimentos finais

Ao final da reunião, o desembargador Guilherme Calmon fez um agradecimento público ao diretor do foro, Fernando Mattos, “que se desdobrou para tornar o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon) uma realidade na JFES”, e à presidente do Tribunal, desembargadora federal Maria Helena Cisne, por ter confiado nele desde o início. “Agradeço publicamente a ela o grande apoio, auxílio e empenho durante toda a minha gestão”. E reforçou: “mesmo saindo do Núcleo, coloco-me à disposição de todos vocês”.

Participaram da reunião com o desembargador Calmon, além do desembargador José Neves e do diretor do foro Fernando Mattos, os juízes federais: Alexandre Miguel (1ª VF-Cível), Enara de Oliveira Olímpio Ramos Pinto (2ª VF-Cível), Cristiane Conde Chmatalik (2º JEF e Cescon), Ronald Krüger Rodor (2ª VF-Criminal), Alceu Mauricio Junior (2ª VF-Execução Fiscal), Américo Bedê Freire Junior (3ª VF-Execução Fiscal), Bruno Dutra (VF-Serra), Boaventura João Andrade (presidente da Turma Recursal), Pablo Coelho Charles Gomes (2º relator da Turma Recursal), Francisco de Assis Basílio de Moraes (4ª VF-Cível) e Marcelo da Rocha Rosado (2ª VF-Cível).

Reunião entre juiz da VF-Criminal e Polícia Federal dá início à 2ª fase da implantação do processo eletrônico nos processos criminais

Foi realizada na tarde de sexta, 1º de março, na sala de audiências da 2ª Vara Federal Criminal de Vitória, reunião entre o juiz federal Ronald Krüger Rodor, o diretor de secretaria Daniel Lehenbauer, o supervisor da Seção de Suporte e Atendimento ao Usuário (Sesau/NTI), Ricardo de Aquino Junior, e o superintendente da Polícia Federal no Espírito Santo, em exercício, Airton Rogério Takada, o corregedor-regional da PF/ES, Carlos Alberto Santos, e o delegado regional de combate ao crime organizado, Cristian Wurster.

De acordo com o juiz, responsável pela implantação do projeto-piloto do processo eletrônico nas varas criminais da 2ª Região, a reunião teve por objetivo dar “andamento à implantação” desse projeto. “A Corregedoria (da Justiça Federal da 2ª Região) autorizou, em 7 de fevereiro, a implantação da segunda fase de virtualização, que vai atingir as cartas – precatórias e de ordem – e as ações penais do rito dos juizados especiais”, disse o magistrado.

Segundo Ronald Krüger Rodor, a Polícia Federal produz, nessas ações penais dos juizados, um documento – termo circunstanciado – que passará a ser enviado já de forma eletrônica. Para que isso ocorra, porém, a Sesau/NTI fará treinamentos permitindo que os servidores da Polícia Federal acessem diretamente o sistema de acompanhamento processual da JFES, o Apolo.

A escolha desse tipo de ação para a segunda fase da implantação dos autos eletrônicos nas varas criminais vai facilitar a avaliação dos possíveis problemas que poderão ocorrer durante a implantação da terceira fase, que constará de ações penais e inquéritos, sem prejudicar o andamento do serviço da vara.

O magistrado ainda destacou que a “Polícia Federal tem se mostrado muito sensível à nossa iniciativa”. Já para a Polícia Federal,

“a grande vantagem daqui (JFES) é o projeto-piloto, fazer aos poucos”, avaliando e corrigindo os possíveis erros.



TRF2: Corregedoria altera data de audiência pública sobre plantão judiciário*

A audiência pública convocada pelo corregedor regional da Segunda Região, desembargador federal André Fontes, para que os juízes federais do RJ e do ES possam opinar sobre as modificações propostas na Consolidação das Normas que tratam do plantão judiciário na primeira instância foi transferida de 25 de fevereiro para 18 de março de 2013. A reunião acontecerá no Plenário do TRF2 (Rua Acre, 80, 3º andar) das 14 às 17 horas. A informação consta no Edital TRF2-EDT-2013/00005, de 19 de fevereiro de 2013.

Leia no www.trf2.jus.br o edital, na íntegra.

*Assessoria de Comunicação Social do TRF2

Justiça Federal realiza 2ª praça de leilão de veículos e imóveis no dia 19 de março

A Justiça Federal do Espírito Santo promoverá no dia 19 de março, em Vitória, leilão de bens oriundos de processos das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Federais de Execução Fiscal e 1ª Vara Federal Criminal, cuja primeira praça aconteceu nesta terça, dia 5. O certame será realizado no auditório da sede da JFES, na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, térreo, Ilha de Monte Belo, a partir das 13 horas.

O leilão será presencial e eletrônico. Para participação e ofertas de lances eletrônicos, os interessados deverão fazer cadastro no site www.leiloesjudiciais.com.br, em até 24 horas antes do evento.

Serão leiloados veículos, além de imóveis comerciais em Vila Velha e Vitória, imóveis industriais em Guarapari e Viana, e imóveis urbanos em Serra, Vila Velha e Vitória.

Veja mais detalhes e a lista de bens no www.jfes.jus.br.

Entidades filantrópicas participam de treinamento na Justiça Federal

A 2ª Vara Federal Criminal e a Seção de Suporte e Atendimento ao Usuário (Sesau/NTI) ofereceram nesta terça-feira, 26, na sede da JFES, em Vitória, treinamento para as entidades filantrópicas beneficiadas com a aplicação de penas alternativas nos processos de execução penal em tramitação na 2ª VF- Criminal. O objetivo foi dar cumprimento à norma dos autos eletrônicos que determina a juntada dos relatórios de prestação de serviço dos apenados de forma eletrônica.



O juiz federal Ronald Krüger (2ª VF-Criminal) falou aos representantes das entidades

O evento foi aberto pelo titular da vara, juiz federal Ronald Krüger Rodor, que destacou que a Justiça Federal está bem adiantada no que diz respeito à digitalização dos processos, e que a 2ª VF-Criminal já digitalizou todas as execuções penais e em breve as ações penais também estarão digitalizadas. Para isso, precisa que os parceiros nos processos emitam seus documentos de forma digital, como é o caso das entidades filantrópicas.

O juiz enfatizou ainda que as entidades são parceiras da JF na questão do cumprimento e da fiscalização da pena de prestação de serviços. “Além do treinamento relacionado ao envio online dos documentos, também teremos hoje um momento para esclarecer dúvidas relativas à fiscalização do cumprimento da pena. É preciso lembrar que a pessoa condenada está cumprindo uma pena, mesmo que seja alternativa. Não é um serviço voluntário. A fiscalização disso é muito importante”, reforçou o magistrado.

Atuaram no treinamento, pela 2ª VF-Criminal, o diretor de secretaria Daniel Lehenbauer, o supervisor do setor de execuções penais, Swamy Santos, a servidora Andrezza Guiberti Mattedi e, pela Sesau/NTI, o servidor Fábio Roberto Andrade Santos. O evento também contou com organização do Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS).

Parceria “nota mil”

“Muito bom o treinamento”, declarou o pastor Lourival Antônio da Silva, diretor da “Associação O Bom Samaritano do Brasil”, que tem sede em Cariacica/ES e já recebeu mais de 50 apenados. “A parceria com a Justiça Federal é uma parceria assistida, diferenciada, nota mil. Não tem melhor. Também é muito bom saber que agora poderemos enviar os relatórios pela internet, sem precisar enfrentar trânsito para vir aqui todo mês”, comemorou.

Segundo Lourival, a Associação trabalhou 18 anos com creche e pré-escola na Região 8 de Cariacica, com o objetivo de erradicar a mortalidade infantil na região. Meta atingida, passaram a oferecer cursos profissionalizantes, por meio de parcerias com o Sesi, Senac e Senai. Também atuam nos projetos “Mulheres da Paz” e “Protejo – Jovens em Conflito com a Lei”, em convênio com o Ministério da Justiça e a Prefeitura de Cariacica.

“O trabalho dos apenados tem sido uma bênção para nós”, diz o diretor. “Lá eles trabalham com o que for necessário. Se não há atividade que se encaixe na profissão dele, ele ajuda de outra forma”. Como exemplo, cita o concerto e a restauração de móveis e de equipamentos doados.

O diretor presidente da “Associação Bom de Bola” (Guarapari/ES), Luiz Almeida, também ressaltou a importância do projeto para a entidade, que reintegra crianças, adolescentes e jovens à comunidade através da prática de esportes e já recebeu 7 apenados. “O projeto é fantástico. Procuramos aproveitar o que o apenado pode oferecer de melhor, dentro de sua área de trabalho. Empresários, por exemplo, nos ajudam na captação de recursos e bens materiais”.

O interessante, na opinião de Luiz, é que os apenados acabam criando um vínculo com a instituição e trazem um desenvolvimento muito grande para o local. “Temos uma área de 20 mil metros que era totalmente devastada. O último apenado que recebemos estudou o solo, fez uma adubação especial e nos doou 3 mil mudas de árvores. Um oficial de justiça que esteve lá outro dia ficou admirado com o que viu”, comentou, entusiasmado.

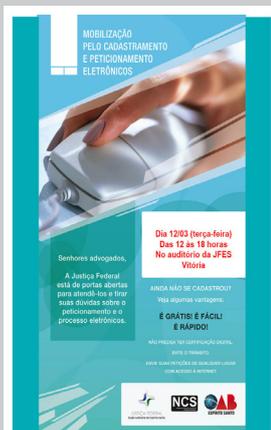


Para ambos os representantes, a pena alternativa através da prestação de serviços às entidades de fato contribui para a ressocialização dos apenados. Eles observam que, depois de cumprida a pena, muitos se tornam mais conscientes de seu dever social e continuam a prestar os serviços como voluntários.

Lourival Antônio da Silva e Luiz Almeida, diretores, respectivamente, das associações “O Bom Samaritano do Brasil” e “Bom de bola” aprovaram a iniciativa

Mobilização

O treinamento das entidades filantrópicas realizado na JFES no dia 26 de fevereiro foi uma ação derivada da “Mobilização para advogados em prol do cadastramento e do processo eletrônico”, organizada em parceria pelo Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS) e pelo Núcleo de Tecnologia de Informação (NTI), através da Seção de Atendimento ao Usuário (Se-sau).



Dando continuidade aos atendimentos, a JFES promoverá, no próximo dia 12 de março, das 12 às 18h, mais uma edição do evento para os advogados, em sua sede, localizada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória. Para mais informações, entre em contato com ncs@jfes.jus.br.

Diretor do foro visita Rede Vitória



O diretor do Foro de Justiça Federal no Espírito Santo, Fernando Mattos, visitou a sede da Rede Vitória nesta segunda, dia 4.

O magistrado foi recebido pelo diretor-geral da empresa, Fernando Machado.

CJF quer padronizar comunicação da Justiça Federal*

Foi realizado nos dias 25 e 26 de fevereiro, na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), o Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário. O evento, foi uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com apoio do CJF. Algum dos pontos levantados, durante o primeiro dia do encontro, foi sobre a estratégia de divulgação das Metas do Poder Judiciário, especialmente a que trata de improbidade administrativa, bem como o fortalecimento da democracia, a Lei de Acesso à Informação e o instituto da liberdade de imprensa.

“A padronização dos portais de internet dos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs) do país e das respectivas seccionais é uma das metas do CJF”, foi o que afirmou a assessora-chefe de comunicação social do CJF, Roberta Cunha, em palestra realizada à tarde. De acordo com a jornalista, o objetivo é facilitar a compreensão e o acesso do cidadão às informações e aos serviços oferecidos por este ramo do Judiciário.

Em funcionamento desde 1966, o CJF é responsável pelo controle, supervisão e integração de toda a Justiça Federal. Segundo a jornalista, esse último aspecto é o principal norteador da política de comunicação adotada pelo Conselho. “Todo trabalho que realizamos visa a integração dos órgãos da Justiça Federal, que na nossa visão, é uma em todo o Brasil”, afirmou.

Roberta Cunha explicou as prioridades do CJF para a área de comunicação. Nesse sentido, ela contou que a Comunicação do CJF empreendeu um movimento para unificar a identidade visual da Justiça Federal. “Todos os órgãos da Justiça Federal hoje adotam a logomarca unificada. Há uma resolução do Conselho [determinando a adesão], que foi fruto de um longo processo de discussão. O CJF estabeleceu a condição de que a logomarca fosse criada por funcionários da Justiça Federal. Convocamos os nossos designers. Venceu um projeto apresentado por um profissional que atua na segunda região”, relatou.

De acordo com a Assessora de Comunicação do CJF, o movimento para padronizar a identidade dos TRFs não para por aí. Ela diz que está dialogando com o comitê de obras do CJF para a unificação do layout das fachadas dos prédios da Justiça Federal existentes no país. “É ideia é expormos esse símbolo também nas nossas fachadas”, explicou.

A internet é outro campo de atuação. “Temos agora um projeto para criar um portal da Justiça Federal, com informações unificadas. Será muito útil para o cidadão encontrar todos os serviços, como a expedição de certidões negativas, por exemplo, organizadas por nomenclaturas padronizadas. Já temos, inclusive, uma proposta de layout e de menu”, explicou a Roberta. ***Assessoria de Comunicação Social do CJF**



Profissional de comunicação é a ponte para aproximar o judiciário do cidadão, diz ministra*

Ao participar, no dia 26 de fevereiro, do Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário, em Brasília, a ministra Eliana Calmon, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), destacou que “a transparência é a palavra de ordem do Século 21”, sendo dever dos agentes públicos prestar contas à sociedade de todos os seus atos e realizações. Ela defendeu a valorização do trabalho dos profissionais de Comunicação no Poder Judiciário, afirmando que eles são fundamentais no processo de aproximação com a sociedade. O evento é promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF).

A ministra proferiu palestra para assessores de Comunicação de tribunais de todas as regiões do país. Ela afirmou que é por meio do trabalho desses profissionais que o Judiciário pode se apresentar à sociedade como preconiza a Constituição de 1988, “um poder garantidor dos direitos humanos e das políticas públicas, sendo também protetor dos cidadãos frente aos interesses políticos e econômicos”.

A ministra acrescentou que o trabalho do assessor de Comunicação não consiste em fazer propaganda do Poder Judiciário ou de magistrados. A seu ver, cabe a esse profissional ser o canal de interlocução entre a Justiça e os jurisdicionados.

“O Assessor de Comunicação não está ali para fazer propaganda. Ele leva a voz do Judiciário para a população e também a voz do povo para o Judiciário. A Justiça e os magistrados têm de estar sintonizados com os anseios da sociedade. Afinal, com a Constituição de 1988, o Poder Judiciário passou a ser um poder político, ao contrário de antes, quando era apenas um chancelador das decisões do Executivo e do Legislativo”, afirmou a ministra, que integrou o CNJ até setembro do ano passado como corregedora nacional de Justiça.

Abertura



Ao falar sobre transparência, Eliana Calmon destacou que o Judiciário foi o último dos poderes constituídos a se abrir para a sociedade, atrás do Executivo e do Legislativo, que criaram ouvidorias e adotaram outras medidas para ampliar o acesso da população às informações. A abertura do Judiciário foi iniciada, segundo a ministra, a partir de sua reforma, marcada pela instalação do CNJ, em 2005.

“Como bem disse o ministro Ayres Britto (ex-presidente do Supremo Tribunal Federal), nós temos que acabar com essa cultura do biombo, de fuxicos, de bastidores. Muitos magistrados reclamam que a imprensa só veicula notícias ruins sobre o Judiciário. Mas isso acontece porque o Judiciário ainda é muito fechado. No dia em que esse poder for totalmente transparente, a prosa vai mudar, porque os jornalistas terão acesso a diferentes informações, não só as ruins”, observou a vice-presidente do STJ.

Eliana Calmon falou também sobre o fenômeno das redes sociais, um dos temas do Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário. “As redes sociais

revolucionaram a comunicação. Enquanto os veículos tradicionais divulgam notícias, fatos, as redes sociais veiculam opiniões. Ou seja, a opinião pública hoje é clara e imediata. Em função disso, os agentes públicos têm de se comunicar mais”, declarou, acrescentando que a Justiça e os magistrados devem se preparar para fazer essa comunicação com a sociedade. “E é aí que reside a importância fundamental do profissional de Comunicação, pois ele é a ponte necessária para essa interlocução”, defendeu a ministra. *Agência CNJ de Notícias

TRF2 inaugura sala-cofre

A presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargadora Maria Helena Cisne, juntamente com outros dirigentes daquela Corte, inaugurou, no dia 5 de março, no 11º andar da sede daquele tribunal, a sala-cofre do TRF2.

De acordo com o diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da JFES, Fabrício Vasconcelos da Costa, a sala-cofre “visa dar mais segurança e disponibilidade às informações de uso da Justiça Federal que trafegam pelos meios eletrônicos. Os equipamentos que guardam essas informações ficarão armazenados naquele local”.

A sala-cofre do TRF2 atenderá à Seção Judiciária do Rio de Janeiro e ao tribunal. A JFES terá sua própria sala-cofre ainda este ano. “O projeto está bem adiantado e deverá ser executado até o final de 2013”, esclareceu o diretor do NTI.

